Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. JERSON DOMINGOS

DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 2420/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/19678/2014
PROTOCOLO	: 1466883
ÓRGÃO	: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE CAMPO GRANDE
RESPONSÁVEL	: RICARDO TREFZGER BALLOCK
CARGO	: DIRETOR PRESIDENTE À ÉPOCA
ASSUNTO	: NOTA DE EMPENHO N. 131/2013
CONTRATADO	: JOSÉ CLAUDIO SOARES DA SILVA - ME
OBJETO	: SERVIÇO DE BUFFET COMPLETO PARA ATENDER O XIV ENCONTRO ANUAL DOS SERVIDORES APOSENTADOS DE CAMPO GRANDE.
MODALIDADE	: CONVITE N. 136/2013
VALOR	: R$ 43.200,00 (QUARENTA E TRÊS MIL E DUZENTOS REAIS)
RELATOR	: CONS. JERSON DOMINGOS

Tratam-se os autos do procedimento licitatório Convite n. 136/2013, da formalização da Nota de Empenho n. 131/2013 e sua execução financeira, firmada entre o Município de Campo Grande, através do Instituto Municipal de Previdência - IMPCG e José Claudio Soares da Silva - ME, tendo como objeto serviços de buffet completo, com no mínimo 04 pontos para servir, incluindo café da manhã, almoço, sobremesa, bebidas (refrigerantes e água mineral), garçons, equipe de organização/atendimentos e todos os demais materiais necessários inclusos (pratos, copos, guardanapos, talheres, mesas e etc) para atender ao "XV Encontro Anual dos Servidores Aposentados da Administração Municipal de Campo Grande".

A 3ª Inspetoria de Controle Externo na análise ANA-3ICE – 26615/2016 (f. 429/436), após verificar os documentos comprobatórios do procedimento licitatório, da formalização do instrumento do contrato e da execução financeira (1ª, 2ª e 3ª fases), manifestou-se pela sua regularidade.

O Ministério Público de Contas emitiu seu parecer (f. 437), concluindo pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório, da formalização e da execução financeira do contrato.

É o relatório.

Constata-se que foram observadas as disposições regimentais quanto à instrução processual, bem como os atos referentes ao procedimento licitatório e formalização do contrato, atendem as determinações da Lei Federal n. 8.666/93 e INTC/MS n. 35/2011.

Nos termos da análise da 3ª ICE, verifica-se que houve a publicação resumida do instrumento do contrato adotado (nota de empenho) na imprensa oficial dentro do prazo previsto no artigo 61, parágrafo único, da Lei n. 8666/93[1].

Os documentos referentes à contratação foram enviados a esta Corte de Contas, dentro do prazo previsto no Anexo I, Capítulo II, Seção I, item 1.1, "a" inciso I, da Instrução Normativa TCE/MS n. 35/2011[2].

No que tange à execução financeira, as etapas foram realizadas de acordo com as disposições contidas na legislação vigente, em especial a Lei n. 4.320/64, restando clara a liquidação da despesa, ficando assim discriminada:

VALOR EMPENHADO	R$ 43.200,00
NOTAS FISCAIS	R$ 43.200,00
ORDENS DE PAGAMENTO	R$ 43.200,00

Diante do exposto, acolho a manifestação da 3ª ICE e o parecer do Ministério Público de Contas e DECIDO:

I - Pela REGULARIDADE do procedimento licitatório Convite n. 136/2013, da formalização da Nota de Empenho n. 131/2013 e sua execução financeira, firmada entre o Município de Campo Grande, através do Instituto Municipal de Previdência - IMPCG e José Claudio Soares da Silva – ME, nos termos

[1] Art. 61. Todo contrato deve mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas desta Lei e às cláusulas contratuais.
Parágrafo único. A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei.

[2] CAPÍTULO III
SEÇÃO I
CONTRATOS, CONVÊNIOS, AJUSTES, CONGÊNERES E DISPOSIÇÕES GERAIS
1 – CONTRATOS
1.1. PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS
1.1.1. OBJETO: CONTRATOS EM GERAL
A) PRAZO: até 15 (quinze) dias úteis após a data da publicação do contrato.
(*) Devem ser remetidos apenas os contratos que na data de sua formalização sejam de valor igual ou superior ao limite estabelecido nos incisos I e II do artigo 304 da Resolução Normativa n. 57, de 7 de junho de 2006, com modificações posteriores.

do inciso I, do art. 59 da Lei Complementar n. 160/12 c/c os inciso I, II e III do art. 120, da Resolução Normativa n. 76/13;

II – pela COMUNICAÇÃO do resultado da decisão ao interessado, conforme o artigo 50 da Lei Complementar n. 160/2012 c/c o artigo 94 da Resolução Normativa TC/MS n. 076/2013.

Campo Grande, 28 de março de 2017.

Conselheiro Jerson Domingos
Relator

rc